



Anais da Assembléia

N. 133

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 114.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1985.

Quarta-feira.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Artagão Mattos Leão e Quielse Crisóstomo.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER Regime de Urgência e Inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Resolução n. 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145 e 146/85.

Senhor Presidente.

Requeiro, conforme facultado pelo Regimento Interno da Casa, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e INCLUSÃO na ORDEM DO DIA dos Projetos de Resolução n.:

139/85 — (Mensagem n. 181/85 - ex-Proposição n. 153/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 15.08.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios mencionados, com a participação da COMEC, objetivando execução e imple-

mentação de Atividades constantes do "III PROJETO EBTU/BIRD, Sub-Projeto PROPAV", que visa implantação de obras que beneficiem o sistema de Transportes Públicos. 140/85 — (Mensagem n. 157/85 - ex-Proposição n. 137/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 22.02.85 entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Trabalho, com interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, da Secretaria de Emprego e Salário e da DRT/PR, com vistas à implementação do SINE, no Estado do Paraná.

141/85 — (Mensagem n. 167/85 - ex-Proposição n. 147/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com interveniência da EMOPAR, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas das municipalidades mencionadas.

142/85 — (Mensagem n. 170/85 - ex-Proposição n. 151/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, de 18.04.85, através da Secretaria dos Transportes e os municípios mencionados, objetivando ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS.

143/85 — (Mensagem n. 182/85 - ex-Proposição n. 154/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com os municípios de Cambira em 05.08.85, visando fomentar a cafeicultura local através da produção, embalagem e distribuição de mudas de café; com os municípios de Ribeirão Claro em 12.08.85, visando formação de viveiros de mudas de café, para restauração da cafeicultura paranaense.

144/84 — (Mensagem n. 189/85 - ex-Proposição n. 156/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16.09.85 entre o Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com interveniência do Conse-

lho Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando preparação do "Sub-Projeto Aglomeração Urbana Londrina-Maringá - METRONOR" do Projeto Especial Cidades de Porte Médio.

145/85 - (Mensagem n. 158/85 - ex-Proposição n. 138/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 25.01.85, entre o Estado do Paraná e a Telecomunicações Brasileiras S/A, com intervenção da Secretaria da Indústria e do Comércio, com objetivos mencionados.

146/85 - (Mensagem n. 162/85 - ex-Proposição n. 142/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e nas datas que especifica, visando execução do Projeto "Caracterização de Alternativas e Identificação de Oportunidades de Investimentos" dos municípios.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Sebastião Cunha, ocorrido em Cornélio Procopio.

O estinto era casado com dona Áurea Mendes Cunha, pai do ex-Prefeito de Cornélio Procopio, Sívio Cunha.

Sebastião Cunha era um dos pioneiros de Cornélio Procopio e sua morte causou grande tristeza e dor aos familiares e milhares de amigos que tiveram o privilégio da sua convivência, ao longo de sua vida. Homem simples, inteligente, dotado de um extraordinário espírito de bondade, dedicou sua vida a fazer o bem e a servir o próximo. Todos que o procuravam encontravam nele sempre um atendimento altamente humano e respeitoso.

É justo que esta Casa de Leis registre em seus Anais a figura de um homem tão querido, cuja perda é tão irreparável.

Que esta homenagem seja comunicada à família enlutada, à rua XV de Novembro, 55, em Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

SÚMULA: Dispõe sobre o exercício da profissão de Desenhista Técnico, Artístico, Industrial, Projetista Técnico e Auxiliar.

Senhor Presidente.

Os trabalhadores desenhistas de todo o País, na expectativa da aprovação do Projeto de Lei n. 1.316 - C de 1979, autoria do ex-Deputado Carlos Nelson, buscando obter melhorias no pi-

so salarial e jornada de trabalho, contam com o nosso inteiro e irrestrito apoio, por entendermos ser de justiça as reivindicações contidas no projeto.

Em sendo assim, solicitamos aos ilustres Deputados federais aprovação do mencionado projeto de lei, nos termos propostos.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

Com o apoio regimental exigido, apresenta-se a presente Emenda Substitutiva, feita para atender reivindicação expressa, formulada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

A reivindicação em apreço foi trazida pela Comissão integrada pelos dirigentes classistas Geraldo de Souza (RJ), Guilherme Paro (SP), Iedo Jacques (RS) e Délio Agripino (MG).

Da lavra da prestigiosa Confederação, ainda a justificativa que se transcreve à guisa de fundamentação:

"O desenho é a representação de formas sobre uma superfície, por meio de linhas, pontos e manchas, com o objetivo lúcido, artístico, científico ou técnico". Constitui uma arte de representação de um tema real ou imaginário.

Representa o tema racionalmente, configurado ou sugeridos seus limites, enquanto a cor tende a transmitir valores de ordem emotiva.

O desenho pode ser a mão livre, quando feito sem auxílio de instrumento.

Animado, baseado numa série de desenhos que representam as faces sucessivas de uma ação, e que, fotografados e projetados, dão a ilusão do movimento; arquitetônico, trabalho técnico, segundo processo de projeções, para a representação de um edifício e seus detalhes através de plantas, cortes ou seções e elevações ou fachadas; industrial, representação de objetos manufaturados, considerando os materiais utilizáveis, os meios de produção e embalagens, etc.

Cabe, portanto, ao desenhista, representar, no papel essa variada gama de atribuições, além de outras, decorrentes da evolução técnico artístico da humanidade, como a representação de objetos aeroespaciais, submarinos átomos e tantas outras fundamentais para a materialização de projetos.

Apesar da significativa importância da profissão em apreço, não têm aqueles que a exercem no Brasil, o privilégio de vê-la regulamentada, protegendo-os com o manto protetor do direito do trabalho.

A regulamentação profissional, abrangendo quase toda a atividade humana, já existe inclusive para o vendedor ambulante, onde são discriminados os direitos e deveres dos trabalhadores em geral.

Os desenhistas, que desempenham funções de apoio indispensáveis às atividades liberais, em inumeráveis setores culturais e produtivos do País, que seria até cansativo enumerá-los, não foram contemplados com um condigno disciplinamento de suas atividades, encontrando-se à margem dos direitos trabalhistas e previdenciários, submetidos a cansativas jornadas de trabalho, percebendo, em contrapartida, remuneração incompatível com o fruto do seu trabalho.

Impõe-se, destarte a regulamentação do exercício de sua profissão, objetivo perseguido por este projeto de lei, onde são

especificadas as atribuições, a jornada de trabalho e remuneração mínima, entre outras medidas, que deverão ser-lhes concedidas em troca de sua produtividade.

A profissão defere ao Poder Executivo, na regulamentação de lei, a designação do órgão encarregado de sua fiscalização.

Colocamos o assunto à análise dos ilustres Pares que por certo, proporcionarão à importante categoria profissional, aquilo que, por justiça, lhes cabe.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de congratulação pela passagem do 22.^o aniversário da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, em 27 de novembro de 1985.

Requer, ainda, que o presente se dê ciência ao doutor GILBERTO GERALDO GARBI, Mui Digno Presidente da TELEPAR - Av. Manoel Ribas n. 115, 17.^o andar - 80.000 — Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais da presente sessão, votos de congratulações dirigidos à ASSOCAM — Associação dos Serviços e Obras de Campo Mourão, entidade criada recentemente, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Miguel Pereira dos Santos, Presidente eleito.

Fora de qualquer dúvida, Campo Mourão, nos dias de hoje, apresenta uma de suas melhores fases de crescimento em toda a sua história. Nos diversos segmentos de produção constata-se o aumento dos índices de crescimento, principalmente no setor

agrícola e pecuário; no comércio e na indústria; no ramo da construção, abrangendo edificações, tanto de complexos produtivos, tanto na construção de residências.

Dentre os diversos fatores que têm causado este inegável surto desenvolvimentista, o emprego de mão-de-obra aparece com destaque, uma vez que tais iniciativas só têm sido possível à sua realização graças ao trabalho incansável de grandes contingentes de profissionais. Pertencentes a este quadro de trabalhadores, destacam-se vários segmentos que, recentemente, resolveram criar uma entidade que os possa representar: a ASSOCAM, cuja associação terá o fim especial de defender e orientar os pedreiros, encanadores, carpinteiros, eletricitas, pintores, jardineiros, empregadas domésticas, bóias-frias, perfuradores de fossas e outros trabalhadores de renda baixa.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, através do presente requerimento, louvar tão importante iniciativa, que, primeiramente, demonstra o amadurecimento dos trabalhadores no sentido de sua efetiva organização; o segundo fato é a disposição de sua nova diretoria eleita, quanto ao trabalho que a mesma pretende desenvolver objetivando cadastrar pessoas, conscientizando cada uma delas de suas obrigações e direitos dentro do seu respectivo mercado de trabalho.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, votos de congratulações ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, José Carlos Madalozzo e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná, Kiydi Hatori, pela realização conjunta da 7.^a Convenção dos Contabilistas do Paraná, realizada recentemente na municipalidade de Maringá, nos dias 20, 21, 22 e 23 do corrente.

Mais do que debater a sua atuação profissional, tanto em auditórios e perícias, micro e empresa, além de outros diversos setores, os contabilistas do Estado do Paraná, acima de tudo, fizeram uma reflexão no sentido da real necessidade da categoria organizar-se, através de suas entidades de representação (tais Sindicatos e Associações) visando o seu fortalecimento, e, conseqüentemente, tornar-se cada vez mais uma voz ativa e consciente, não apenas com relação aos aspectos econômicos, mas também da sociedade de um modo geral.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, através do presente requerimento, louvar os contabilistas pela realização daquele evento, que por certo traz no bojo de suas discussões, importantes posicionamentos, notadamente em face do momento atual brasileiro, quanto às perspectivas em torno da Assembléia Nacional Constituinte, bem como das transformações que dela se espera.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Regional do Sesi — Serviço Social da Indústria, através do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho, no intuito da implantação do referido órgão na municipalidade de Campo Mourão.

A iniciativa da presente reivindicação é do Ilustríssimo Senhor Dilmar Daleffe. Empresário, na condição de Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, ele afirma ser de fundamental importância a implantação do Sesi naquela cidade, principalmente em razão do crescimento acelerado que atualmente verifica-se, que, conseqüentemente, está a exigir a criação de mecanismos que assegurem, fundamentalmente, o preparo e especialização profissional para o referido ramo.

Sem nenhuma dúvida, a pretendida medida vem de encontro não apenas e tão-somente a uma preocupação dos empresários mouroenses, mas também das pessoas que trabalham na cidade e que há muito tempo vêem a real necessidade de contar com um órgão que lhes possibilite o aprimoramento de suas aptidões profissionais.

Assim sendo, diante da exposição de motivos, aguarda-se, por parte desse Sesi e Ministério do Trabalho, as providências

cabíveis, objetivando viabilizar a concretização de tão importante iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR — Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a doação de materiais permanentes de escritório para a Associação dos Moradores da Vila Urupês, localizada na municipalidade de Campo Mourão.

Recentemente criada, a Associação dos Moradores da Vila Urupês, região urbana de Campo Mourão, constituída basicamente de operários, em face do seu pouco tempo de existência, estar a necessitar de uma série de medidas, no sentido de possibilitar a realização de suas metas, sobretudo visando a união dos moradores em torno de seus interesses comuns.

Neste sentido, dentro de tal preocupação, o presente requerimento tem o fim especial de solicitar dessa Fundepar e Secretaria de Estado da Educação, a destinação de materiais de escritório, a fim de que, conforme salienta a Presidência daquela organização, Ilustríssima Senhora Iraci Ferreira de Oliveira, possa ser melhor estruturado suas condições de trabalho.

Face ao exposto, aguarda-se um pronunciamento favorável sobre esta questão, diante do seu justificado interesse.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Mui Digna Secretária da Educação, solicitando, através da FUNDEPAR, construção de muros nas escolas de Alto São João e Vila Anchieta, município de Roncador.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação tem sido feita insistentemente por pais de alunos e professores das escolas citadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson Miguel Friedrich, Mui Digno Secretário de Estado do Interior, solicitando, através da SANEPAR, construção de mais um poço artesiano na cidade de Roncador.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O atual fornecimento de água na cidade de Roncador tem sido insuficiente para atender a população local, trazendo com isso, em razão de consequências, racionamento e constante falta de água.

A tendência que se verifica, em função do crescimento populacional da cidade, é de agravamento dessa situação, caso o problema não seja solucionado através da perfuração e construção de mais um poço artesiano.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Fernando Eugênio Ghignone, Mui Digno Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando construção de cancha polivalente de esportes na Escola Estadual Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, ensino de 1.º grau, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A escola citada atende 495 alunos, na sua maioria carentes. Tanto alunos como professores estão reivindicando a construção de cancha polivalente de esportes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito. (Ausente).

Passa-se ao horário das Lideranças. Concedo a palavra ao Partido Liberal. Com a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Cansamos de ouvir nesta Casa o tratamento 'vaquinha de presépio'. Não tínhamos outra opção; eram dois partidos, manietados com uma lei que impedia qualquer mudança.

Hoje, com a criação de novos partidos, a alteração da legislação eleitoral, possibilitou que cada um dos Senhores Deputados, tomasse a posição que melhor lhe aprouvesse.

E, para isso, com mais independência, nesta Casa, tomar a posição que julgar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa interrompe o nobre orador, para anunciar, em Plenário, a presença do doutor Camilo Calazans, Presidente do Banco do Brasil, Deputado Sebastião Rodrigues, Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, Mário Petrelli, Diretor da Carteira de Crédito Especial do Banco do Brasil, acompanhados de gerente e Superintendente do Banco do Brasil em Curitiba.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) — Senhor Presidente, requeiro a suspensão dos trabalhos por 5 minutos, para possibilitar aos Senhores Deputados cumprimentar o eminente Presidente do Banco do Brasil, as autoridades que o acompanham, o Senhor Diretor da Carteira de Crédito Agrícola.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Deferido. Está suspensa a sessão por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está reaberta a sessão, e a Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, para, em nome do Poder Legislativo, saudar os ilustres visitantes.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eminente Dr. Calazans, Presidente do Banco do Brasil, Srs. Diretores Mário Petrelli, Sebastião Rodrigues, amigos e companheiros, Dr. Ratto, Dr. Alceu, e comitiva do Banco do Brasil: Esta Casa sente-se muito honrada, e me cabe neste momento a honra de traduzir em nome de todos os Deputados deste Parlamento, a satisfação em aqui recebê-los de maneira descontraída, porém, expressando o carinho e apreço que temos, não só por esta instituição centenária do Brasil, que é o Banco do Brasil, mas, principalmente, pela sua atual diretoria composta e formada por homens tão sensíveis à problemática nacional, e que vêm demonstrando ao Paraná, um carinho todo especial para que a nossa realidade e a nossa pujança agrícola, possa ter o atendimento e a correspondência dentro do Banco.

Sintam-se Vossas Excelências em completa vontade, e saibam de que aqui no Paraná estaremos todos, independentemente de siglas partidárias, de disputas eleitorais dando a Vossas Excelências o respaldo e também prestando um agradecimento por tudo o que o Banco tenha feito.

Era isso, Sr. Presidente, e acredito que é uma satisfação para nós recebermos autoridades tão importantes que podem através do Banco do Brasil, realmente contribuir e muito para que o Brasil saia da crise em que se encontra, porque acreditamos que através da produção, e principalmente da produtividade, e nisto vale dizer que, o Banco do Brasil como instrumento de crédito, como o banco armado do Governo, para fazer frente à crise, e à falta de produção, os Srs. se constituem, indiscutivelmente, do grande instrumento que temos para vencer a crise.

Acreditamos e sabemos, temos acompanhado, porque percorrendo o Brasil estão em missão de trabalho, ao chegarem à Assembléia recebam o nosso aplauso e os nossos votos de que, a sua estada no Estado do Paraná seja coroada de pleno êxito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa convida, se for o caso, um dos Srs. Diretores, para, se desejarem, fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, que falará em nome dos nossos visitantes.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs.

Deputados; meu caro amigo Presidente Camilo Calazans, Diretor Mário Petrelli.

É uma oportunidade inesperada, e ao mesmo tempo, de grata satisfação para mim, que, como Deputado Estadual, tive a oportunidade muitas vezes de usar a tribuna desta Assembléia, mas no Plenário antigo, e realizo hoje, um desejo guardado que era, de ser também uma vez mais, nem por breves instantes, o parlamentar do Legislativo paranaense aqui neste Plenário.

A razão da nossa presença aqui no Estado, Estado que tenho a honra de representar na diretoria do Banco do Brasil, é um contato com as classes produtoras do Estado como um todo; já realizamos reuniões em Londrina, hoje em Curitiba, e amanhã em Maringá.

Cumpramos o Banco do Brasil a sua vocação natural, e agente precursor da economia nacional, seja na área rural, mas, também na área comercial, na área industrial.

Tivemos a oportunidade de, nesses contatos, debater problemas paranaenses, sobretudo neste momento, em que o nosso Estado é afligido por uma seca que está determinando sérios prejuízos à nossa economia, além de problemas de ordem social que eu sei, o Governo do Estado, com a solidariedade de todas as lideranças políticas, independente de siglas partidárias, haverá de resolver, conjuntamente, para o benefício de todos. Fico imensamente satisfeito, em conhecer a qualidade, a hospitalidade da minha gente paranaense, com a acolhida fraternal, dispensada ao nosso Presidente Camilo Calazans, esta vocação de homem público, que um pequeno Estado do Nordeste, Sergipe, revelou e projetou para todo o Brasil.

O trabalho de Calazans no Banco do Brasil, sem dúvida alguma há de ficar registrado como uma das passagens, a exemplo do que foi no IBC; uma das passagens de maior avanço, de maior progresso e de maior participação do Banco do Brasil, na economia nacional.

Ao agradecer na oportunidade o privilégio que me é dado pela Mesa, pelos Srs. Parlamentares com assento nesta Casa, eu manifesto a todos, a certeza de que, o Banco do Brasil está à disposição, suas portas abertas, independente da legenda partidária, porque homem da classe política, homem da área política, tenho absoluta consciência, do que é o trabalho muitas vezes incompreendido e difícil, de um Parlamentar. Em nome do Presidente Calazans, em nome do Diretor Mário Petrelli, em meu próprio nome, transmito à Casa, os meus agradecimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas). (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa deseja uma feliz estadia em Curitiba, ao Sr. Diretor e nobres visitantes, e congratula-se com o Paraná, por essa presença significativa em nosso Estado.

A Mesa registra ainda, com satisfação, a presença da Professora Dra. Maria de Lourdes Seráfico Peixoto da Silva e alunos do Quarto Período da Faculdade de Direito de Curitiba.

Está suspensa por mais 5 minutos a sessão, para que os Srs. Deputados possam se despedir dos nossos visitantes.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está reaberta a sessão.

A Mesa concede a palavra, para continuar seu discurso, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Retorno, Sr. Presidente.

Dizia eu, que cansamos de ouvir nesta Casa, a denominação "vaquinha de presépio". Tínhamos dois partidos, uma lei de arroxos que não possibilitava um posicionamento livre e

independente. Mas agora, com a renovação, com os novos partidos políticos, possibilita que cada um nesta Casa, aja com independência e de acordo com a sua consciência.

Recebi várias correspondências de Prefeitos de municípios pequenos, médios, de Vereadores, fazendo um apelo para que votasse a favor e, de outros, que votasse contra a Emenda 136, que complementava a Emenda 117, aprovada na Câmara dos Deputados. A situação dos municípios, com a concentração de recursos nos grandes centros, fez com que também a concentração dos problemas mais sérios se concentrasse e criando dificuldades cada vez mais sérias nos pequenos municípios. É preciso que haja descentralização e uma legislação tributária à altura, que possibilite dar condições ao povo onde vive, que é no município, de aplicar, de crescer, de se projetar.

Prefeitos precisam ser respeitados; Prefeitos que fizeram apelo, que têm o seu orçamento já comprometido para 1986, com um programa, tanto os municípios grandes, como os municípios pequenos. O Congresso aprovou uma emenda, a Emenda 17, que diz o seguinte: (Artigo 23, § 9º item 2:

"No máximo 1/4 de acordo com o que dispuser a lei, no mínimo 3/4 na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias realizado nos seus respectivos territórios".

Esta é a Lei Maior, é a lei que o Governo do Estado pode mandar qualquer mensagem desde que não contrarie dispositivo da Lei Maior. Autorizou o Congresso, que o Governo do Estado pudesse disciplinar 1/4 do ICM destinado aos municípios, como deveria ser aplicado. Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul tomou uma posição. O Paraná? Qual a posição que tomou? Nenhuma. Pretende o Governo, ficar em cima do muro, o Governo que se diz participativo, o Governo transparente, precisa tomar uma posição, porque Prefeitos não podem ser tapeados. É preciso que venha uma mensagem, porque nós aqui não podemos apresentar projeto de lei para construção de uma ponte, para uma escola, porque altera o orçamento, mas temos que apresentar uma Emenda Constitucional porque o Governo não manda uma lei ordinária disciplinando a aplicação e com a capacidade que tem sim a sua equipe de Governo, fazendo um estudo, não colocando na parede muitos Deputados que têm dificuldade, do município grande ou pequeno, decidir se fica o coeficiente de 3% fixo, 12% sobre a população, 5% sobre a área territorial e 5% sobre a área urbana.

Sabemos que precisa haver um estudo e o Governo está em condições de fazer isso. O que não pode, é os Prefeitos ficarem iludidos. Quando vieram para ver a votação de uma mensagem hoje, o que só vai ser votado em março. Vários Estados utilizaram este reparo da injustiça concedida pelo Artigo 23 da Constituição. O nosso Estado continua indefinido, mas porque o Governo não toma posição se ele tem por obrigação disciplinar e dar atendimento, quando 245 municípios têm 35 por cento da arrecadação e 66 municípios têm 65 por cento da arrecadação.

Onde está o zelo e o cuidado pelo povo, pela pessoa humana? Só o Governo não está vendo isso. O Governo que precisa com urgência estudar. Se não pode atender esta emenda apresentada e que está na Comissão para vir à Ordem do Dia e que, segundo a informação, virá em maio, não poderia o

Governo, se vê que não tem condições de estudar uma forma em que fixasse o máximo de aumento para os municípios e o máximo também de redução dos grandes municípios, porque a pequena redução que sai, quase que é o suficiente para atender aos pequenos municípios e criar um Fundo de Compensação para atender aqueles municípios mais prejudicados.

Essa seria uma saída, mas que caberia a iniciativa do Governo. Estamos para entrar em recesso dia 5 do próximo mês e, segundo a informação, haverá uma convocação para aprovar outras matérias de interesses do Governo. Por que o Governo não pode, se ele tem interesse em atender os municípios?

Não se ameçar o Prefeito com o corte do Bran, o presente de grego, em que o município recebe uma parte a fundo perdido e outra parte ele tem que passar talvez para o segundo ou terceiro Prefeito, pagar com correção esse dinheiro que recebe e que está aplicando. Ameaçou hoje o Prefeito de cortar o Bran, se tivesse que alterar a distribuição do ICM.

Não justifica uma medida como essa. Onde está o municipalismo? Onde está a descentralização? Mas dizem que precisa haver uma reforma tributária de âmbito nacional no sentido mais amplo.

Concordamos que precisava haver, mas enquanto isto não acontece que o Governo toma uma providência, porque o mês de dezembro está aí, o 13º e os encargos sociais, os municípios não têm condições de arcar.

Aqui estamos tomando uma posição. Municípios meus, alguns vão ser prejudicados; outros beneficiados. Mas, acima de tudo, está a consciência, o dever cívico de defender os interesses da comunidade. Somos municipalistas por excelência, responsáveis e participantes da primeira associação microrregional criada no Paraná.

Ouvindo esta associação como já ouvi muitas outras no Paraná, a posição é de que haja uma modificação desta distribuição, que se faça justiça.

Por isso a nossa bancada, que é o Partido da Frente Liberal, tomará uma posição com independência. O nosso representante na Comissão Especial, Deputado Basílio Zanusso, não precisará consultar nenhum de nós para tomar a posição devida, porque ele sabe o pensamento da nossa comunidade e da nossa população.

Espero que o Governo atenda e não deixe esses Prefeitos voltarem decepcionados para os seus municípios sem uma solução, com a simples mudança da data para o mês de março. Não discuto os índices aqui aplicados, porque disse eu que cabe a uma Comissão especializada estudar se está correto ou não está correto; se precisa aumentar, e um exemplo aqui eu posso citar — tem 5 por cento para as propriedades e 5 por cento para área territorial.

Vejam bem, Srs. Deputados, que a área territorial, às vezes, o município com muitas fazendas vai receber menos porque tem menos propriedades. Mas o que acontece, o bôia-fria na cidade é muito maior o número. É preciso que se veja também a produtividade, que esta Emenda 136 não fala em produtividade dos municípios. Mas se não tivermos uma opção para fazer justiça e escolher dentro de um critério razoável, entre votar a favor e votar contra, votaremos com a Emenda 136.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, líder da nossa Bancada, a estratégia sempre funciona, mas neste momento em que o Governo habilmente retira uma emenda a favor dos grandes e contra os pequenos, ficamos a sofismar. Deputado Gilberto Carvalho e a perguntar aos ilustres Prefeitos: Onde está a democracia participativa? Onde está o ínclito Governador José Richa, que no momento de favorecer e dar a César o que é de César, manda retirar de plenário, Deputado Gilberto Carvalho.

Não sei se a Emenda Nilso Sguarezzi, nosso Presidente, que não almeja outra coisa a não ser dar aos pequenos municípios a justiça e a verdade. Ficamos a perguntar se não há reação neste Estado. Se não há Deputado Gilberto Carvalho, homens que venceram as eleições na Capital do Estado e os Prefeitos, os Vereadores heróis, a mola mestre de todos os municípios do Paraná, estão a pensar no "canto de sereia" do Governo transparente de José Richa.

Queremos que Vossa Excelência faça um protesto veemente e que o Estado do Paraná saiba que covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta.

Renda as homenagens aos Prefeitos que nos trouxeram para cá por cinco vezes consecutivas. E mais uma vez foram iludidos e ludibriados pelo Governo transparente deste PMDB, que há de pagar porque a justiça tarda mas não falta. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado, nobre Deputado. Sabia que a posição de Vossa Excelência era coerente com o pensamento da maioria dos municipalistas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço esse pronunciamento, mas só hoje tomando uma posição, dia 17 de setembro, quando o nobre Deputado Presidente desta Casa apresentou esta emenda, embora eu já julgasse de que o Governo poderia encaminhar para cá uma mensagem independente desta emenda, eu me congratulei com a apresentação desta emenda, para fazer justiça a esses municípios, aos 245 municípios com três milhões e oitocentos mil habitantes, e aos 66, com três milhões e oitocentos e pouco mil habitantes, um pouco menos, recebendo 65 por cento, e os outros municípios, 245 municípios recebendo só 35 por cento.

Espero que a única saída que nós temos no momento, é que o Governo que tem capacidade para isso, que estão aqui todos os Prefeitos, que reúna e que estude uma maneira, e que apresente uma proposta encaminhando uma mensagem ainda esta semana, para que esta Casa possa votar e atender os Prefeitos, os municípios paranaenses. Não são os Prefeitos que serão atendidos, é aquela comunidade sofrida de cada município, é aqueles que estão esperando melhoramento para não sair de sua cidade, para não vir para as favelas, para os grandes centros. E é isso que nós precisamos fazer, porque depois não adianta ajuda para os grandes centros, porque as favelas estão crescendo dia a dia. Vamos continuar lá no interior no que é seu.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, o tempo está esgotado. Agradeço. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra à

Liderança do PDS.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — (Pela Ordem) Por que Vossa Excelência neste momento entrega à Liderança do PDS, de vez que no horário do Grande Expediente da sessão de ontem, o último orador inscrito foi o PMDB? Em Em consequência disso, de acordo com a regra dos trabalhos desta Casa, Vossa Excelência deve consultar agora a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro para ver se quer fazer uso da palavra, e posteriormente consultar às Lideranças do PDT e do PDS.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa também mantém sua decisão porque na sessão de ontem não houve orador nem para o Pequeno, nem para o Grande e nem para o Horário das Lideranças.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Consulto Vossa Excelência, na sessão anterior à sessão de ontem?

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Eu não posso informar a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência não pode informar por falta de assessoria da Presidência da Casa?

O Sr. Dirceu Manfrinato — Gostaria de informar a Vossa Excelência que ontem quem usou o último horário foi o PDT, que cedeu, inclusive, ao Deputado Gabriel Manoel, cinco minutos.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — No Horário das Lideranças, conseqüentemente à informação do Deputado Dirceu Manfrinato, corrige a informação que Vossa Excelência prestou agora mesmo.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa concede a palavra à Liderança do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O célebre orador sacro, Padre Antônio Vieira, falava a respeito de pedidos, num dos seus mais célebres Sermões, e dizia que, "havia pedidos que as pessoas faziam, como que esmolando, como que de joelhos no chão, e outros pedidos, aqueles pedidos que faziam, por justiça, as pessoas faziam, olhando para os céus e dizendo: Peço, não, por esmola, mas peço, por justiça!"

E é por justiça, não por esmola que a grande maioria dos municípios paranaenses deseja ver aprovada a Emenda n. 17!

Não, por esmola, porque o brasileiro que mora em Itapejara, Céu Azul, Boa Vista da Aparecida, é brasileiro que tem o mesmo direito ao mesmo sonho de liberdade, de justiça, de dignidade e de Serviços Públicos Municipais condignos.

O homem brasileiro vive no município, e o Governo Federal já iniciou um tímido processo de reformulação tributária, que deve ser muito amplo, neste País, que deve fazer com que aqueles que ganham mais, paguem mais, que os impostos

inclusive indiretos, sejam corrigidos; e agora, cabia à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, promover a sua adaptação ao texto da Constituição Federal. Lamentavelmente, hoje é um dia de frustração para o municipalismo paranaense, dia de frustração, Srs. Parlamentares, porque se criou em torno da Emenda 17, um verdadeiro clima de que ela seria a Lei Áurea do municipalismo paranaense, e, lamentavelmente, apesar da presença, do apoio, do requerimento, do pedido de quem pede justiça, a Assembléia Legislativa, hoje não votará o pedido de Emenda Constitucional, apresentado por um Deputado do PMDB nesta Casa, como a Assembléia também não votou ainda, Proposta de Emenda Constitucional da autoria da Bancada do PDS, que devolve às Câmaras Municipais, o poder de decidir sobre a sua Lei Orgânica própria, porque é evidente que nós devemos ter no nosso Estado, mais do que uma Lei Orgânica, não apenas uma Lei Orgânica para decidir problemas de municípios tão diferentes, com tantos objetos diversos, como é o caso do Município de Londrina, de Curitiba, de Guaraqueçaba, de Barracão, de Santo Antônio, ou de tantos outros municípios!

Nós apresentamos, nesta Casa, há mais de um ano e meio, Emenda Constitucional para que as Câmaras Municipais pudessem, elas, legislando sobre assunto de seu peculiar interesse, estabelecer as suas próprias Leis Orgânicas Municipais.

Entendo que na proposta que apresentei pudesse ter um vício o vício de tratar-se de proposta de homem da oposição. Mas não posso compreender como agora um Deputado governista, com a responsabilidade de Presidente deste Poder, apresenta uma emenda que apenas faz a adaptação do texto da Constituição Federal à Constituição Estadual. Nós, neste Poder Legislativo, Poder para o qual vivemos com o voto igual de brasileiros de todos os municípios, seja dos grandes e dos poderosos municípios, seja dos pequenos e dos mais humildes municípios, não possamos votar.

Mais do que a falência do municipalismo, é a falência deste Poder, que não tem a autonomia necessária, de acordo com a independência dos Poderes já estabelecida na História dos povos democráticos, para que possamos aqui, neste plenário, livremente, debater. E, através de um quorum qualificado de dois terços, dizer ao Paraná e ao Brasil se a emenda é justa ou não.

Por isto, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, as minhas palavras são de protesto. As minhas palavras são de repulsa aos que se dobram, aos que têm espinha fácil aos poderosos e que esquecem os compromissos assumidos em 1982.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Na sequência. O homem público honesto, o homem público digno, é aquele que, no exercício do seu mandato, resgata as dívidas que assumiu durante sua campanha eleitoral. E todos nós, Parlamentares de todos os partidos, assumimos o compromisso com a nossa consciência, com os nossos eleitores, com o nosso povo, de lutar por uma reforma tributária cada vez mais justa.

É esta a hora da cobrança. É a esta hora que os homens do interior, acreditando ainda nos seus representantes populares,

vêm a Curitiba para pedir justiça aos pequenos municípios.

É evidente, é claro, os problemas que os municípios pequenos estão enfrentando. Mas também são evidentes os problemas dos grandes municípios, em decorrência dos pequenos municípios.

O inchaço dos centros urbanos. A dificuldade na solução de um problema de um grande centro, de uma grande metrópole, reside não nesta cidade, mas sobretudo no pequeno município, que não oferece condições dignas de vida para os brasileiros que lá residem.

Para resolver o problema de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e tantos outros municípios do Paraná, é preciso primeiro resolver os problemas dos pequenos municípios do Paraná. Só assim, só através de uma solução e de uma política voltada para os interesses dos pequenos é que os grandes poderão ser salvos.

Lembro-me do Presidente John Kennedy dos Estados Unidos, quando dizia, se uma sociedade não conseguir salvar os muitos que são pobres, não terá força para salvar os poucos que são ricos.

E eu parodiando o Presidente Kennedy digo nesta tarde, se nós paranaenses não tivermos força e coragem para salvar os pequenos municípios, não teremos condições de ajudar a sobrevivência dos grandes municípios.

Desejo registrar, antes disso, que o Deputado Erondy Silvério, responsável pela participação da nossa bancada na Comissão que estudou a Emenda Constitucional, deu, em nome do PDS, dos 12 Deputados do PDS presentes neste Legislativo, o voto favorável à aprovação da emenda.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? **(Assentimento).**

Deputado, Líder "in contest" desta bancada que luta em favor de sua terra e de sua parte, alguns neste momento Deputado Luiz Alberto, fazem como avestruz, botam a cabeça na areia e deixam o resto de fora.

Por que a bancada do senta-levanta não luta por sua terra e por sua gente? Por que este momento não se alevanta, como dizia Camões, numa voz só em defesa das pequenas comunas.

Onde está o "Canto da Sereia" daqueles que foram iludir o povo, daqueles que não têm a coragem de defender a sua terra e sua gente. Onde estão os homens para defender 245 municípios.

Nós nos envergonhamos de estar neste Parlamento, porque alguns não têm coragem. A Bancada do PMDB não tem a coragem suficiente para defender seu povo.

Chamo-os, respeitosamente, sua atenção porque não defendem a sua gente; porque estão aqui os senhores Prefeitos a precisar da defesa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — **(Pela Ordem)** Sr.

Presidente, eu solicitaria a Vossa Excelência que determinasse ao ilustre Deputado Gabriel Manoel que mantivesse o decoro parlamentar e não atacasse com palavra de baixo calão os colegas de bancada, assim como nós o respeitamos.

O SR. PRESIDENTE — **(Aníbal Khury)** A Mesa adverte aos senhores espectadores que de acordo com o Regimento

Interno não poderá haver manifestação nem favorável, nem contra e pede respeitosamente aos Senhores Prefeitos que se abstenham de qualquer manifestação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Dentro desta Bancada do PMEB muitos Deputados se puseram, desde o início, a favor da Emenda 17, e não podemos, agora, ficar escutando o ilustre Deputado Gabriel Manoel, ofendendo os Deputados que honram o seu mandato, e não aceitamos esta ofensa.

(Tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está suspensa a sessão por 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Não há condições para prosseguimento da sessão.

Está suspensa a sessão e marca-se outra para amanhã, quinta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n. 96/85

4.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 219/84

3.^a DISCUSSÃO — Dos Projetos de Lei n. 384/84, 46, 78, 84, 114, 125, 132, 148, 184 e 207/85.

2.^a DISCUSSÃO — Dos Projetos de Lei Complementar n. 241 e 242/85.

e dos Projetos de Lei n. 199, 200, 201, 203, 213, 220, 226, 230, 233, 236, 237, 239, 240, 247, 264 e 270/85.

1.^a DISCUSSÃO — Dos Projetos de Lei n. 68, 124 e 273/85, e dos Projeto de Resolução n. 153/85.

1.^a DISCUSSÃO — Dos Projetos de Lei n. 38/83, 40, 104 e 128/85.

Marca, ainda, uma sessão extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — Dos Projetos de Resolução de n. 115 a 130, 134 a 137 e 139 a 146/85.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Ata da reunião da Comissão de Orçamento, realizada em 25 de novembro de 1985.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento presidida pelo deputado Hermas Brandão e com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Acir Mezzadri, Nestor Baptista, Trajano Bastos e Francisco Escorsin. Da pauta, deliberação sobre o parecer do relator, deputado Trajano Bastos, aposto a proposição 71-75. O senhor presidente deu a palavra ao deputado relator que fez a leitura do mesmo, sendo em seguida colocado para deliberação da Comissão, pelo senhor presidente. Os deputados presentes votaram favoravelmente ao parecer do deputado relator. Sendo o que havia a ser deliberado, o senhor presidente deu por encerra-

da a presente reunião, agradecendo a presença dos deportados membros. Assim sendo, eu, Ayrton Alves Aranha, secretário desta Comissão, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os membros presentes.

Curitiba, 25 de novembro de 1985.

(aa) Deputado Hermas Brandão - Presidente

Deputado Acir Mezzadri, Deputado Trajano Bastos,

Deputado Nestor Baptista, Deputado Francisco Escorsin.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA — 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 17.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de um mil, novecentos e oitenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado HOMERO OGUIDO, constatada a existência de número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado JORGE MAIA FILHO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 43/84, de autoria do deputado Ivan Gubert, PROJETO DE LEI N. 25/85, de autoria do Poder Executivo, PROJETO DE LEI N. 41/85, de autoria do deputado Fiori Luiz, PROJETO DE LEI N. 42/85, de autoria do Poder Executivo, PROJETO DE LEI N. 72/85, de autoria do deputado Adhail Passos, PROJETO DE LEI N. 129/85, de autoria do deputado Ezequias Losso, Projeto de Lei n. 170/85, de autoria do deputado Anibal Khury, e pelo deputado TADEU FRANÇA, o PROJETO DE LEI N. 43/85, de autoria do Poder Executivo e o PROJETO DE LEI N. 183/85, de autoria do Poder Executivo, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

HOMERO OGUIDO

Presidente

LÉLIO G. SOTTO MAIOR

Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA — 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 16.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e oitenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do deputado HOMERO OGUIDO, constatada a existência de número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado IVAN GUBERT apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 85/84, de autoria do deputado Mário Pereira, PROJETO DE LEI N. 241/84, de autoria dos deputados Nilso Sguarezi e Caíto Quintana, PROJETO DE LEI n. 236/84, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 81/85, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente

Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais:

HOMERO OGUIDO

Presidente

LÉLIO G. SOTTO MAIOR

Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 10ª LEGISLATURA

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de um mil, novecentos e oitenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado OMERO OGUIDO, constatada a existência de número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Mário Pereira apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 96/85, de autoria do deputado Rubens Bueno, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor José Joffily e PROJETO DE LEI N. 225/85, de autoria do deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública a Associação dos Detetives e Investigadores Criminais da Polícia do Estado do Paraná — ADICEP, com sede e foro na comarca de Curitiba, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

HOMERO OGUIDO

Presidente

LÉLIO G. SOTTO MAIOR

Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao sexto dia do mês de novembro de um mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Edmar L. Costa, Ivan Gubert, Mário Pereira, Basílio Zanusso, Djalma de A. César, José A. Fonseca, Ezequias Losso, Nestor Baptista, Rubens Bueno, Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Luiz A. de Oliveira e Odeni Mongruel. Havendo número legal e como nada constasse da hora do Expediente, o deputado presidente passou à seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei 174/85. Autor deputado Anibal Khury. Relator deputado Trajano Bastos. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 2) Projeto de Lei 384/84. Autor deputado Edmar Luiz Costa. Relator deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 3) Projeto de Lei n. 257/85. Autor Poder Executivo (Mensagem n. 190/85). Relator deputado Trajano Bastos. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 4) Projeto de Lei n. 109/85. Autor deputado Ivan Gubert. Relator deputado Trajano Bastos. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 5)

Projeto de Lei n. 261/84. Autor deputado Artágão Mattos Leão e outros. Relator deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 6) Projeto de Lei n. 124/85. Autor deputado Ivan Gubert. Relator deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO (pela anexação ao Projeto de Lei 123/85). 7) Projeto de Lei Complementar n. 215/85. Autor deputado Antônio Annibelli. Relator deputado Basílio Zanusso. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 8) Projeto de Lei n. 251/85. Autor deputado Rubens Bueno. Relator deputado Trajano Bastos. Parecer CONTRÁRIO — REJEITADO. 9) Projeto de Lei n. 236/85. Autores deputados Rubens Bueno e Fiori Luiz. Relator deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 10) Projeto de Lei n. 269/85. Autor Deputado Anibal Khury. Relator deputado Basílio Zanusso. Requerimento no sentido de ser transformado em diligência junto à Câmara Municipal e Prefeitura de Umuarama e Iporã. 11) Projeto de Lei n. 137/85. Autor deputado Nilso Sguarezi. Relator deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. Voto vencido dos deputados Luiz Alberto Oliveira e Mário Pereira. 12) Projeto de Lei n. 207/85. Autor deputado Djalma de Almeida César. Relator deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 13) Projeto de Lei n. 247/85. Autor deputado Roberto Requião. Relator deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 14) Projeto de Lei n. 256/85. Autor deputado Anibal Khury e outros. Relator deputado Basílio Zanusso. Parecer CONTRÁRIO — REJEITADO. 15) Projeto de Lei n. 264/85. Autor deputado Basílio Zanusso. Relator deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 16) Projeto de Lei n. 278/85. Autor Poder Executivo. Relator deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 17) Projeto de Lei n. 270/85. Autor deputado Ferrari Júnior. Relator deputado Odeni Mongruel. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 18) Proposição n. 138/85. Autor Poder Executivo (Mensagem n. 158/85). Relator deputado Mário Pereira. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. Com Projeto de Resolução. 19) Projeto de Lei Complementar n. 242/85. Autor Poder Executivo (Mensagem n. 177/85). Relator deputado Mário Pereira. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 20) Projeto de Lei n. 219/85. Autor deputado Adhail S. Passos. Relator deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 21) Projeto de Lei n. 268/85. Autor deputado Anibal Khury. Relator deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 22) Projeto de Lei n. 203/85, de autoria do deputado Sabino Campos. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 23) Proposição n. 142/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 162/85. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO, com Projeto de Resolução. 24) Projeto de Lei n. 125/85, de autoria do deputado Rubens Bueno. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 25) Projeto de Lei n. 267/85, de autoria do deputado Péricles Pacheco. Relator deputado Trajano Bastos. Requerimento no sentido de transformar o presente em diligência junto do autor. Deferido. Relator deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO, com emenda substitutiva. 27) Projeto de Lei n. 84/85, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Relator deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL — APROVADO. 28) Projeto de Lei n. 175/84, de autoria do depu-

tado Rubens Bueno. Relator deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, na forma de emenda substitutiva. O senhor deputado Rubens Bueno agradece à Comissão pelo parecer favorável do Projeto de Lei n. 96/85, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná a JOSÉ JOFFILY. O senhor deputado Ezequias Losso aproveita a oportunidade para que a Comissão Especial se reúna. O senhor presidente consulta o Plenário sobre autorização para restaurar o Projeto de Lei n. 261/84, visto que o mesmo foi devidamente votado na reunião anterior e aprovado por unanimidade. O senhor deputado Basílio Zanusso solicita que a Comissão estude critério, embasado na Lei n. 6994 de 10 de janeiro de 1978 a conveniência ou não de serem os sindicatos declarados de Utilidade Pública, em função de incorrer no risco de abrir precedente. O senhor deputado Djalma de Almeida César é contra a aprovação do Projeto de Lei n. 109/85, de autoria do deputado Ivan Gubert, que estabelece que os empréstimos em moeda estrangeira, feitos pelo Poder Público, bem como taxas adicionais e comissões, deverão obedecer às normas adotadas pelas autoridades monetárias federais, conforme especifica. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, secretária da Comissão.

Deputado JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL

Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Ata da reunião da Comissão de Orçamento, realizada em 14 de novembro de 1985.

Aos quatorze dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, presidida pelo senhor deputado Hermas Brandão, comparecendo também, os seguintes deputados: Acir Mezzadri, Nestor Baptista, Trajano Bastos e Francisco Escorsin. Da pauta, deliberação sobre o projeto de lei n. 243/85 – Proposta de Orçamento Programa Anual 1986. O senhor presidente colocou a matéria para deliberação e os deputados presentes resolveram aprovar a redação do projeto de lei n. 243/85, atendendo o deliberado em 2.ª discussão, de acordo com o art. 10 da resolução 17/67 de 11 de outubro de 1967, estando portanto, em condições de ser levado em consideração do Plenário, para 3.ª e última votação. Nada mais havendo a ser deliberado, o senhor presidente deu por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos. Assim sendo, eu, AYRTON ALVES ARANHA, secretário desta Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme vai assinada por todos os membros presentes.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1985.

(aa) HERMAS BRANDÃO – Presidente;

ACIR MEZZADRI, TRAJANO BASTOS, NESTOR BAPTISTA,
e FRANCISCO ESCORSIN – Relatores.